

AS POLÍTICAS DE *ACCOUNTABILITY* NAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO DO CARIRI CEARENSE E SEUS IMPACTOS NA CARREIRA DOCENTE

Arlane Markely dos Santos Freire -PPGED-UFCG
arlanemarkely@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO AO PROBLEMA

Nos últimos anos vêm ocorrendo diversas mudanças nas políticas educacionais, dentre elas podemos destacar a implementação de mecanismos de regulação, com o objetivo de favorecer uma proposta de maior eficiência e eficácia no setor público segundo princípios do mercado e construídas a partir de um discurso de que compete ao Estado oferecer uma educação de boa qualidade acompanhada do controle social. Fundadas no princípio do *accountability* educacional, que compreende iniciativas de avaliação externa, de responsabilização e de prestação de contas, tais mudanças têm favorecido uma cobrança cada vez maior dos profissionais da educação.

Considerando o fortalecimento de tais iniciativas no país e, mais especificamente no estado do Ceará, estamos desenvolvendo uma pesquisa, no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande na Paraíba, que tem por objetivo geral analisar a implantação de políticas de *accountability* nas redes de ensino público dos municípios que compõe a região Metropolitana do Cariri cearense, buscando conhecer o contexto de sua emergência e seus impactos na carreira docente.

A investigação tem ainda como objetivos específicos: elaborar uma caracterização geral da educação nos municípios investigados, analisar as políticas padronizadas de avaliação externa e as medidas de bonificação para os profissionais do magistério implantadas nas redes municipais de ensino público da região estudada. Por fim, refletir acerca dos modelos de *accountability* adotados e seus desdobramentos para a o trabalho docente e sua carreira. A região Metropolitana do Cariri cearense está situada ao sul do Estado do Ceará e é constituída pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Caririáçu, Nova Olinda, Santana do Cariri, Farias Brito e Jardim.

Os procedimentos metodológicos que estão sendo adotados são característicos da pesquisa exploratória, acerca do objeto ora estudado, pois, segundo Gil (2008, p. 27), "as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses

pesquisáveis para estudos posteriores". Esse tipo de pesquisa, "habitualmente, envolve levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso" (GIL, 2008, p. 27). A revisão bibliográfica vem sendo realizada por meio do estudo das temáticas da avaliação externa da educação e das políticas de *accountability* no contexto internacional, nacional e no estado do Ceará. A análise de documentos tem privilegiado exame de documentos legislativos e normativos, no período 2009 a 2017, do estado do Ceará e dos municípios investigados. Neste trabalho apresentamos parte dos resultados desta pesquisa que está em sua fase inicial.

2. DESENVOLVIMENTO

O processo de reformas, baseado na ideologia neoliberal, começou a ser implantado no Brasil, no início de 1990, durante o Fernando Collor- (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), por meio da instituição de políticas de liberalização da economia e privatização. Entretanto, só a partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, as propostas foram consolidadas, provocando ajustes em todos os setores da administração pública e no padrão de sociabilidade vigente, e, posteriormente, mantidas e aprofundadas no Governo Luís Inácio da Silva (2003-2010) (SILVA, 2013 p.46). A avaliação passa a ser um instrumento central da gestão do Estado e na educação um conjunto de iniciativas de avaliação em larga escala vem sendo desenvolvido, visando criar parâmetros educacionais e referenciais para a formulação e o monitoramento das políticas públicas, entre os quais podemos citar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica-SAEB.

De acordo com Freitas (2012, p. 383) um sistema de responsabilização envolve três elementos: testes para os estudantes, divulgação pública do desempenho da escola e recompensas e sanções. As recompensas e sanções compõem o caráter meritocrático do sistema, mas não só, já que a própria divulgação pública dos resultados da escola constitui em si mesma uma exposição pública que envolve alguma recompensa ou sanção públicas.

Nesta perspectiva, em 1992 é criado no estado do Ceará o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), com o objetivo de fornecer subsídios para a formulação, a reformulação e o monitoramento das políticas educacionais do Estado. Utilizando os resultados do SPAECE, o governo estadual instituiu em 2009 o Programa Escola Nota Dez que se propõe a incentivar as escolas e seus profissionais a elevarem as notas nas avaliações externas por meio da concessão de bonificação. Vale ressaltar que as escolas municipais do cariri cearense também fazem parte deste programa e as instituições que acabam tendo índices menores passam a ser chamadas de escolas apoiadas, em que seus

profissionais muitas vezes deslocam-se para as instituições que tiveram melhores notas, onde estas devem realizar ações pedagógicas que contribuam para melhorar a aprendizagem das que tiveram baixo desempenho. De acordo com os dados analisados é importante ressaltar que desde de 2007 os repasses referentes a cota parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os municípios também passaram a estar vinculados aos resultados dos indicadores de educação

Ainda dentro deste contexto alguns destes municípios adotaram os resultados das avaliações externas para bonificar seus profissionais. Isto ocorre por meio do Bônus de Desenvolvimento Educacional (BDE), instituído por meio de leis municipais, que utiliza-se dos resultados das avaliações externas para conceder bonificação aos professores que consegue atingir as metas de seu município em relação as mesmas. Além desta iniciativa está previsto nos Planos de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Profissionais do Magistério, onde já identificamos em quatro municípios, gratificações temporárias descritas em duas formas: gratificação por desempenho e gratificação por produtividade. A primeira bonifica o profissional quando os seus alunos obtiverem resultados satisfatórios tanto do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) quanto SPAECE. Já a gratificação por produtividade, é uma estratégia indicativa de redução da evasão escolar, pois, o profissional com maior número de alunos em sala de aula é bonificado com uma porcentagem variável sob o seu salário.

3. CONCLUSÕES

Para Afonso (2007, pág. 21) o excesso de avaliação pode ser considerado obsessivo e tendencialmente unidirecional quando a sua utilização se torna relativamente indiferente à natureza político-partidária dos governos e quando maximizando, de forma duradoura, a função de controle e de legitimação em prejuízo evidente do apoio a mecanismo democráticos de prestação de contas e de responsabilização, de justificação de investimentos públicos na educação e de promoção de justiça social e educacional.

Os resultados iniciais desta pesquisa apontam que por meio das políticas de *accountability* vêm ocorrendo a introdução de mecanismos de mercado que acabam por favorecer uma maior cobrança aos profissionais do magistério de resultados e assim ocasionando cada vez a responsabilização sobre o mesmo em função dos resultados nas avaliações externas, sejam elas a nível nacional ou estadual. De acordo com Freitas (2012, p. 385) não cabe o simplismo de achar que está distribuição dos resultados é uma questão de mera competência do professor ou da escola”. Tentar resolver esta complexa relação

colocando mais pressão no sistema faz com que o entrelaçamento das desigualdades sociais com as desigualdades acadêmicas na sala de aula e na escola seja agravado. Faz se necessário ressaltar que estudos tem demonstrado que sob pressão, os professores tendem a concentrar-se naqueles alunos que estão mais próximos da média ou dos padrões médios de desempenho, tentando maximizá-los e evitar os efeitos adversos, causando uma corrida para o centro.

4. REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa.** Contrapontos, Itajaí, V.07-n1-p.11-22, jan/abr 2007

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação.** Educação & Sociedade, v. 33, n. 119, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Alison Fagner de Souza e. **A Reforma do Estado e o Modelo Gerencial da Educação na Rede Pública Estadual de Pernambuco (2007-2010): Um estudo das Políticas de Formação Continuada de Professores do Ensino Médio.** Programa de Pós Graduação em Educação da UFPB, (Dissertação). João Pessoa-PB, 2013.